

CRIANÇAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XIX: MAL EDUCADAS, MAL CRIADAS OU (DES)CIVILIZADAS?

Magda Sarat Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Guarapuava, Paraná

Resumo

O comportamento e o relacionamento estabelecido entre adultos e crianças no Brasil do século XIX foi observado e registrado por “viajantes estrangeiros” que aqui estiveram. Esses relatos teciam inúmeras críticas ao relacionamento entre adultos e crianças e destacavam um “modo de ser” das crianças brasileiras em contraste com as crianças européias. Criou-se a partir daí uma concepção de que as crianças brasileiras teriam comportamentos inadequados, precisando de normas para “civilizá-las” e regular o seu modo de agir. Nesse contexto, discutiremos as concepções de infância/criança no período, a partir da bibliografia sobre os relatos de viajantes, do texto de uma educadora alemã que esteve no Brasil por volta de 1881 (*Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil - Ina Von Binzer*) e da possibilidade de estabelecimento de um *processo civilizador* para a infância brasileira.

Palavras-chave: Criança; história; comportamento; relatos de viagem.

No Brasil do final do século XIX, muitos viajantes estrangeiros estiveram por aqui, fazendo parte do cenário brasileiro e conhecendo o modo de vida do período. Para muitos era a experiência de estar numa terra inóspita, exótica e selvagem. Diversos foram os objetivos que trouxeram esses viajantes, desde uma simples viagem para conhecer a região, viagens de negócios, ou mesmo para trabalhar, fazendo com que fixassem moradia por um determinado tempo. As condições de vida e trabalho enfrentadas na Europa obrigaram muitas pessoas a buscar outras possibilidades em outros países. Nesse sentido, provavelmente à distância e a necessidade de apreender as experiências vividas fizeram com que esses viajantes registrassem em diários inúmeras situações vivenciadas no cotidiano. Assim, quem ganhou com esses registros foi a historiografia brasileira, que tem nos relatos e memórias de viajantes uma fonte de informação interessante para compreender o Brasil do período.

Entretanto, faz-se necessário guardar as devidas ressalvas a um material que registra o olhar de pessoas formadas e marcadas por sua própria cultura, (pré) conceitos e referências.

Na Europa as concepções a respeito da criança e da infância já haviam se formado há um longo período. O chamado “sentimento de infância” (ARIÉS, 1981), consciência da particularidade da criança como sujeito social diferente do adulto, determinava as relações sociais e se consolidou a partir do século XVII. A importância do período da infância como momento oportuno e fecundo para se estabelecer regras, normas e formas de comportar-se socialmente estava presente na sociedade há muito tempo. A escola se organiza também como espaço para a normatização da vida e das relações sociais, preparando o menino e a menina para o mundo adulto.

Nesse contexto, já se estabelece na Europa um comportamento social próprio para as crianças. Tal processo vem sendo construído há séculos nas relações das crianças com adultos, tanto no seio da família quanto com as pessoas que cuidavam da criança. Os manuais de civilidade desde o século XI contêm regras, normas e prescrições que supostamente ensinariam o comportamento social adequado. ELIAS (1994: 69) nos informa que “o livro de Erasmo é dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação de crianças”.

O processo de civilização dos costumes que foi sendo construído e a internalização de comportamentos na infância acabava por tornar-se parte da estrutura psicológica. Assim, Elias (1994) analisa que, para a geração mais antiga, para quem os padrões eram aceitos de forma natural, havia uma necessidade e uma insistência em incutir nas crianças a contenção dos seus impulsos e inclinações. Ao repreender a criança (“você não deve fazer isso... gente fina não faz isso”), o adulto vai demonstrando desagrado acerca de determinadas condutas e incutindo na criança uma forma específica de agir, que mais tarde se torna o *habitus*, definido por Elias como segunda natureza.

Essa forma de relacionamento permite que as crianças européias de um modo geral, e não somente as nobres, fossem criadas com determinados padrões de comportamento. Observa-se que

[...]a conduta e vida instintiva da criança são postas à força, mesmo sem palavras, no mesmo molde e na mesma direção pelo fato de que um dado uso da faca e do garfo, por exemplo, está inteiramente firmado no mundo adulto - isto é, pelo exemplo do meio. Uma vez que a pressão e coação exercidas por adultos individuais é aliada da pressão e exemplo de todo mundo em volta, a maioria das crianças, quando crescem, esquece ou reprime relativamente cedo o fato de que seus sentimentos de vergonha e embaraço, de prazer e desagrado, são moldados e obrigados a se conformar a certo padrão de pressão e compulsões externas. Tudo isso lhes parece altamente pessoal, algo “interno” implantado neles pela natureza” (ELIAS, 1993: 134).

Em vista de um processo que já tinha alguns séculos de caminhada, os estrangeiros que estiveram no Brasil traziam uma experiência e uma percepção construída de como deveria ser o comportamento das crianças. Aqui chegando, se deparam com uma realidade diversa, onde os valores, conceitos e padrões de comportamento não estavam de acordo com suas referências. Podemos, pois, perceber uma tensão e um conflito muito grande entre as suas percepções e o cotidiano das crianças.

Entre esses estrangeiros, diversas foram as profissões¹, e os motivos que os trouxeram para o Brasil, mas certamente quem mais se chocou foram as preceptoras, que vieram “educar”, “ensinar”, “civilizar” as crianças e colocá-las nos moldes da chamada “boa educação”.

¹ As pessoas exerciam as mais diferentes profissões como: escritores, médicos, comerciantes, pastores protestantes, diplomatas, oficiais da marinha, naturalistas, jornalistas, professores, pintores, mercenários, jornalistas, advogados, agrônomos. As nacionalidades eram portuguesas, francesas, inglesas, alemãs, italianas, dinamarquesas. (MOREIRA LEITE, 1997: 20).

Mesmo porque o modelo era o europeu, o exemplo de civilidade vinha da França e de países europeus. Era comum entre as famílias mais abastadas o hábito de importar preceptores, mandar os filhos para estudarem na Europa, ou colocar nos colégios estrangeiros que se formam no final do século XIX.

Contudo, já havia um modelo de comportamento para a criança, trazido nas concepções dos viajantes, o qual aparece nos relatos de forma comparativa com as crianças que aqui são encontradas. As crianças brasileiras presentes nos relatos são marcadas pela diversidade. Entre elas incluem-se crianças brancas, filhos de senhores, crianças escravas, crianças que já nasceram livres (filhos de escravos beneficiados pela Lei do Ventre Livre) crianças mestiças, filhas da diversidade de relações que se estabelecem. Enfim, trata-se de um universo que é relatado sempre com curiosidade, contrastes e críticas:

Nas casas dos fluminenses ricos, pode-se atravessar uma fila de crianças de cabeça lanosa, na maioria despidas de qualquer roupa, que tem licença de correr por toda a casa e de se divertirem vendo as visitas. Nas famílias que têm alguma tintura de costumes europeus, esses desagradáveis bípedes são conservados no quintal” (KIDDER & FLECTCHER apud MOREIRA LEITE, 1997: 33).

Interessante como esses relatórios se referem às crianças, no caso as crianças negras livres, que fazem parte do cotidiano da casa e da família. O desgosto, a irritação e a impaciência estão presentes. Com relação ao comportamento das crianças e à forma como eram tratadas pelo adulto, pode-se perceber o contraste de costumes e a valorização dos conceitos europeus como símbolo de civilidade e refinamento, ou seja, *alguma tintura de costumes europeus*.

Essa valorização dos costumes europeus em detrimento dos costumes da terra considerados primitivos e selvagens, pode ser percebida também em outro relato, referente ao relacionamento entre pais e filhos, no âmbito mais restrito da família:

Os pais brasileiros vivem com as crianças ao redor e as estragam a mais não poder. Uma criança brasileira é pior que um mosquito tonto. As casas brasileiras não têm quarto para elas e, como se considera cruel pôr as queridinhas na cama durante o dia, tem-se o prazer de sua companhia sem intervalos” (R. E. EDGECUMBE apud MOREIRA LEITE, 1997: 37).

Existe neste relato, além da crítica ao modo de ser e relacionar-se com as crianças, uma constatação de que os padrões de privacidade já construídos na Europa ainda estão longe de ser realidade no país, no que diz respeito aos espaços para as crianças dormirem. Normalmente as crianças estavam sempre junto com os adultos, participando das atividades e de todos os acontecimentos da casa. Esse relacionamento não tinha aceitação dentro de um modelo “civilizado”, da visão européia, no qual cada pessoa tinha o seu lugar na organização social, inclusive as crianças. O espaço da criança mantinha distância do adulto nas atividades do dia a dia e restringia-se ao aprendizado para a vida adulta. A inserção social viria depois, quando a criança estivesse preparada e com o comportamento adequado, como no exemplo dos manuais de civilidade: “a criança bem educada será a última a se servir, se estiver em companhia de seus superiores” (ELIAS, 1994:108).

Neste contexto, podemos continuar buscando o lugar da criança brasileira em outros relatos. É possível perceber, a seguir, a reação do adulto diante de uma situação ocorrida com crianças vindas da escola.

No Brasil não existem crianças no sentido inglês. A menor menina usa colares e pulseiras e meninos de 8 anos fumam cigarros. Encontrei um bando de meninos voltando da escola, uma tarde. Um pequeno de aparentemente sete anos tirou do bolso um maço de cigarros e ofereceu a um de cada vez. Ninguém demonstrou qualquer desaprovação de um menino tão pequeno estar fumando. A linguagem desses meninos é terrível, embora eu precise admitir que, como os cocheiros de Londres, não percebem que estão usando expressões chulas” (R. E. EDGECUMBE apud MOREIRA LEITE, 1997:37).

Além de refletir sua crítica e consternação diante de um fato observado, o autor generaliza a todas as crianças brasileiras uma única situação presenciada. O fato de um menino estar fumando e distribuindo cigarros para os outros colegas foi suficiente para que ele estendesse a todas as crianças o que considerava um hábito reprovável. No entanto o mais interessante é a reação ao fato, que não só está associado a suas concepções e referências à criança inglesa, que segundo ele, provavelmente não teria aquele comportamento, como o leva a reafirmar o modelo europeu para a infância. Qual seria o sentido inglês para a criança? Provavelmente uma criança que não tinha atitudes de adultos, uma criança polida na forma de comunicar-se, que não usava expressões “chulas”, que não utilizava objetos ou adornos destinados aos adultos. Enfim, a idéia é de que já havia no Europa um universo próprio para a infância, que contemplava um determinado modo de ser, vestir, falar, relacionar-se, mas ainda não existia no Brasil.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito à educação formal. Esta acontecia não somente nos colégios como no interior da família, através de preceptores e preceptoras que para cá vinham em busca de trabalho. Temos o relato de Ina Von Binzer, que veio ser professora em colégios e casas de família entre os anos de 1881 a 1883. Ela deixou um rico e diverso registro, através das cartas que trocava com uma amiga compatriota.

Essa professora também estava entre os que não conseguiam relacionar-se com as crianças brasileiras devido ao modo de ser e de comportar-se. De Ina Von Binzer podemos conhecer relatos interessantes, tanto dos tempos em que lecionou num colégio francês no Rio de Janeiro, em 1882, quanto em aulas particulares em casas de famílias no interior de São Paulo. Suas angústias, conflitos e dificuldades são relatadas através de cartas carregadas de afetividade, bom e mau humor, mas muita emoção, vivida por uma senhorita que aos 21 anos se aventura na tarefa de “educar” as crianças da terra:

Oh! Grete ando com este colégio por cima da cabeça! Não consigo habituar-me com esse ensino superficial; mas, quando começo a aprofundar-me, ainda é pior: fico completamente desanimada. A respeito da disciplina, então! Só essa palavra já me faz subir o

sangue à cabeça. Imagine isto: outro dia, ao entrar na classe, achei-a muito irrequieta e barulhenta e na minha confusão recorri ao Bormann². Quando obtive silêncio para poder ser ouvida, ordenei: ‘Levantar, sentar’ cinco vezes seguidas, o que no nosso país seria vergonhoso para uma classe. Mas, aqui - oh! Santa Simplicitas! - quando cheguei a fazer-lhes compreender o que delas esperava, as crianças, estavam longe de imaginar que aquilo representasse um castigo, que julgavam tratar-se de uma boa brincadeira e pulavam perpendicularmente como um prumo, para cima e para baixo, feito autômatos, divertindo-se regiadamente’ (BINZER, 1982: 65).

O relato mostra que a professora alemã também esperava uma determinada resposta das crianças ao castigo imposto. Entretanto, a compreensão de que a atitude tomada pela professora indicava um castigo só era real para ela professora, conhecedora da cultura alemã, mas para as crianças brasileiras não tinha o menor sentido. Ou seja, tal representação não era construída pelas crianças, que pensaram tratar-se de brincadeira. Nas cartas posteriores, depois de refletir sobre o fato ocorrido, ela se posicionará com relação a sua atitude fazendo uma crítica à simples transposição de valores e concepções que, provenientes de outras culturas, não faziam parte do cotidiano nem se constituíam como normas para as crianças brasileiras.

A sensibilidade de alguns relatos mostra que muitos desses observadores tiveram uma compreensão do universo cultural no qual as crianças estavam mergulhadas. Mesmo quando não concordavam e criticavam as posturas dos adultos com relação às crianças, acabavam por demonstrar certo desgosto e desaprovação quando um suposto modo de ser das crianças brasileiras. Ina se refere a essa experiência, com relação ao castigo, num outro relato:

Reconheço ser indispensável adotar-se uma pedagogia aqui, mas ela deve ser brasileira e não alemã, calcada sobre moldes brasileiros e adaptada ao caráter do povo e às condições de sua vida doméstica. As crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois enxerto de planta estrangeira que se faz à juventude daqui, não pegará. A mim acontece, com as crianças desta terra, a mesma coisa que se dava em São Francisco com relação às plantas: - Não nos entendemos. - Falamos decidida e psicologicamente uma língua estranha, o que me torna a vida extremamente desagradável por cá” (BINZER, 1982: 66).

No texto podemos perceber um certo “molde” que se impõe às crianças brasileiras, baseado em experiências estrangeiras. Os acontecimentos do cotidiano, as situações da vida doméstica, esse “jeito” de educar as crianças não poderia ser compartilhado por alguém que trazia concepções prontas determinadas por uma outra cultura, tornando difícil o relacionamento entre professores e alunos.

No entanto, nos perguntamos: qual seria esse comportamento das crianças? Como se davam às relações com os adultos, a ponto de causar tantos incômodos? Buscando pista para essa compreensão, podemos desconfiar de que uma razão era a grande diversidade de relações em que as crianças estavam mergulhadas juntamente o com os adultos.

No Brasil o “sentimento de infância” construído na Europa não terá as mesmas referências, mesmo porque vivemos realidades diferentes. Num período em que as novas relações sociais começam a surgir na Europa, a família celular burguesa já é uma realidade. Os conceitos de privacidade, civilização de costumes, comportamentos regulados e autocontrolados já estão presentes. Por aqui o momento é de colonização. Os modelos europeus são desejados e copiados, entretanto há que se considerar as distâncias desses modelos e as dificuldades encontradas na terra para se adequar a essas práticas. O cotidiano no Brasil passa a ser construído de acordo com a necessidade das pessoas está pautado pela diversidade entre as raças que colonizam a terra, a miscigenação cultural dos costumes, os hábitos, os comportamentos, que fazem com que se crie um “modo próprio” de relacionar-se.

Assim, mesmo nos meios sociais mais abastados, a referência ao modelo europeu não surte o efeito desejado. No caso das crianças, elas estavam durante todo o tempo em contato com adultos. Crianças brancas e negras brincavam e viviam juntas, dividindo atenção, brinquedos e brincadeiras com os adultos.

Gilberto Freire, no seu livro *Casa Grande e Senzala*, que pode ser considerado um retrato do Brasil nesse período, diz que os costumes e as diferentes tradições uniam meninos de todos os tipos e idades. Nessa mescla de relacionamentos não havia lugar para um processo rígido de comportamento. Além disso, a relação escravista, caracterizando o período, facultava às crianças brancas o poder sobre adultos negros. Nesse caso como estabelecer limites e regras rígidas para uma criança que acreditava poder subjugar a todos? Essa realidade pode ser observada no seguinte relato:

A mãe brasileira quase invariavelmente entrega o seu filho a uma preta para ser criado. Assim que as criaturas se tornam muito incômodas ao conforto da senhora, são despachadas para a escola, e coitado do pobre professor que tem de impor-se a essa espécie irrequieta do gênero humano! Acostumado a dominar suas amas pretas, e com a ilimitada indulgência de seus pais, mete-se na cabeça tudo poder e dever fazer para frustrar os esforços feitos para discipliná-lo” (KIDDER & FLETCHER apud MOREIRA LEITE, 1997: 41).

A presença de um julgamento com relação às crianças desenhá a concepção que se faz dessa criança. Neste contexto ela é uma pessoa sem modos, mal educada, mal criada, portadora de comportamento e hábitos reprováveis, indisciplinada, e toda a sorte do que seria considerado negativo para a formação humana.

Essa imagem da criança pode ser percebida quando os relatos enfatizam características e um modo peculiar de agir dos brasileiros, que incluiria características psicológicas afetivas e emocionais.

² Bormann era um manual pedagógico alemão com preceitos e formas para tratar com as crianças. As professoras recorriam a ele em momentos difíceis. Ina Von Binzer define o Bormann “Querida Grete. Você sabe quem afundei hoje nas profundezas mais profundas de minha mala? O nosso Bormann, ou melhor, suas 40 cartas pedagógicas que não têm aqui a menor utilidade. E confiava tanto nelas! Durante a viagem quando me assaltava o receio de não chegar a um entendimento com os meus alunos brasileiros, lembrava-me sempre do livrinho prestimoso lá, entre meus apetrechos de viagem, e sentia-me logo mais calma, dizendo-me: “faça assim” !...E agora? Grete: creio que o próprio Bormann não saberia muitas vezes como agir aqui...” (BINZER, 1989: 21).

[...] são afetivos e dóceis, embora impacientes e apaixonados, dotados de inteligência, embora extremamente preguiçosos e incapazes de prolongada atenção. Rapidamente adquirem uma tintura de conhecimentos: o francês e o italiano são fáceis para eles, por serem línguas irmãs da portuguesa. A música, o canto e a dança adaptam-se bem aos seus temperamentos volúveis” (KIDDER & FLECTCHER apud MOREIRA LEITE, 1997: 41).

No meio de tantas referências reprováveis ao modo de ser e viver de crianças e adultos podemos defender que no Brasil havia, por parte do adulto, uma compreensão diferenciada das necessidades da criança. Essas ações eram observadas na vida diária. As crianças estavam junto com os adultos participando, aprendendo e tornando-se parte do grupo desde a mais tenra idade. O tratamento dispensado às crianças era carinhoso, zeloso, e de proximidade com as atividades do adulto. Tal comportamento não era aceito pelos viajantes que viam nessa relação possibilidades de perverter o caráter da criança. Provavelmente essa visão traz uma concepção moralizadora da infância como período propício para “moldar os costumes”, e a criança como projeto formação de um futuro adulto de acordo com o modelo social imposto.

A Europa precisou, segundo Ariès (1981), de um longo período para inserir socialmente as suas crianças e para dar a valorização pretendida à infância. No Brasil o processo é diverso e ocorre de modo diferenciado, devido não só à gama de referências e culturas, que acolhe inúmeras formas de relacionar-se, mas ao período da colonização, em contraste com uma Europa “civilizada”. Esse comportamento, muitas vezes carinhoso, visto como excessivo zelo, é criticado e retratado como falta de limites. No entanto, é ele que acaba por possibilitar no Brasil do século XIX a inserção da criança no meio social a partir deste modo próprio de tratamento pelos adultos.

Neste contexto, a história que hoje se faz da criança no Brasil em diferentes períodos tem buscado priorizar essas diferenças culturais, sociais e históricas. Há uma desconfiância de que os modelos europeus não se enquadram na experiência brasileira e as imposições do processo não foram suficientes para moldar a criança.

Assim, se as crianças, pelo olhar estrangeiro, eram mal criadas, mal comportadas, mal educadas, (des) civilizadas, certamente não se devia ao fracasso do modelo imposto, mas ao próprio relacionamento estabelecido com os adultos. Além de que é preciso considerar que elas não contam com um período de aprendizado longo, ao qual já tivessem sido submetidas há muito, como as crianças na Europa. Elas sofriam as influências de todos os grupos que constituíam a infância brasileira do período.

Era muito difícil para os viajantes, à luz de concepções estrangeiras aceitar e compreender o comportamento das crianças brasileiras. Por isso criou-se a partir daí, no imaginário dessas pessoas, a concepção de uma criança “sem limites”, desobediente, insubmissa, incapaz de comportar-se de acordo com um padrão estabelecido o que acabava por comprometer sua própria inserção social.

Na atualidade, vemos diversas situações em que adultos de todas as idades travam batalhas intermináveis com as crianças, por não conseguirem manter os padrões e comportamentos impostos e necessários ao convívio social. Numa sociedade onde as regras estão cada vez mais “relaxadas” e as tensões estão cada vez mais presentes, tem sido muito difícil para adultos normatizarem o que seria um comportamento adequado. Provavelmente porque os modelos impostos hoje não tenham força suficiente para regular e controlar as emoções das crianças. Mas essa é uma outra história, que poderá ser contada posteriormente.

Abstract

The Brazilian children's behavior and their relationship with the adults in the XIX century Brazil were observed and reported by “foreign travelers” who came here. In their accounts, they criticized that relationship and called attention to a “way of being”, typical of the Brazilian children, which contrasted with the European children's behavior. Such reference gave rise to the idea that the Brazilian children had inadequate behavior and so there should be norms to “civilize” them and regulate their way of behaving. Having this context in mind, the concepts of child/childhood in the mentioned period will be discussed, out of the travelers' accounts bibliography, the text by Ina von Binzer, who visited Brazil around 1881 (My Romans, joys and sad nesses of a German educator in Brazil) and the possibility of establishing a *civilizing process* for the Brazilian children.

Key words: child; history; behavior; travel accounts.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- BINZER, I. V. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREITAS, M. C. de (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Record, 1984.
- MARCÍLIO, M. L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- OLIVEIRA, S. M. *Lembranças de Infância: que história é está?* Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- PRIORE, M. del (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.